

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 20/12 DO EXECUTIVO

REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2012

-----Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA e com a presença dos Srs. Vereadores, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE e CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA. -

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

-----Eram nove horas e trinta e nove minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**FALTAS**-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dadas pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador Brito Salvador que se encontravam em representação do Município. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. VICE-PRESIDENTE E SRS.

VERADORES - Neste ponto a Sr.^a Vereadora Carla Jacinta sugeriu que, com a aproximação do Natal, época de partilha e solidariedade, a Câmara promovesse uma angariação de brinquedos nos estabelecimentos de ensino do concelho, em que cada criança oferecia um brinquedo que depois, seriam encaminhados para associações de solidariedade social para serem entregues a crianças carenciadas. A sugestão mereceu a concordância do Executivo e a Sr.^a Vereadora Elsa Corga ficou de verificar se é possível a sua realização na época apontada dada a proximidade da data. Caso tal não seja possível pensar-se-á noutra data para a iniciativa. -----

----- A seguir, o Sr. Vice-Presidente deu conta dos trabalhos de poda e limpeza das árvores do Parque da Alta Vila, informou que foram identificadas várias árvores que necessitam de ser abatidas e propôs que no final da reunião fosse feita uma vista ao parque para se inteirarem dos trabalhos. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, a Câmara tomou, também, conhecimento dos contratos celebrados, nos meses de setembro e outubro, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 4º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro. -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- RECEÇÕES DEFINITIVAS -----

----- Tendo sido vistoriada a totalidade da obra e verificando-se que a mesma se encontra concluída e na devida ordem, nenhuma observação havendo a fazer, não apresentado deficiências, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se deva responsabilizar a firma adjudicatária, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber, definitivamente, a obra a seguir indicada e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia, garantias bancárias ou quantias retidas como caução e diligenciar a extinção de outras cauções eventualmente existentes: -----

----- Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Cértima e Pateira de Fermentelos – Rede de Drenagem de Águas Residuais da Forcada – Execução das Infra-estruturas de Saneamento e Águas na rua da Póvoa do Forno – Freguesia de Aguada de Cima (493/12). -----

----- REVISÃO DE PREÇOS -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o 9º Auto de Revisão de Preços, provisório, da empreitada de Construção do Centro Escolar de Barrô, no valor de 893,92€ ao qual será adicionado o IVA (proposta 494/12). -----

----- LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao cancelamento do seguro caução COSEC com a Apólice nº 100.006.963, no valor de 2.314,50€, apresentada para garantia de boa execução da prestação de serviços de Fiscalização e Gestão da Qualidade das Empreitadas de “Abastecimento de Água ao Sector de Bustelo e Aguadalto, incluindo Cadaval, Póvoa de São Domingos, Póvoa de Vale do Trigo e Póvoa de Baixo – Captação, Adução e Reservatório Geral; Adução, Reservatório da Póvoa de São Domingos; - Abastecimento de Água na Póvoa de Baixo, Póvoa de Vale do Trigo, Póvoa de São Domingos e Cadaval – Rede de Distribuição da Póvoa de Vale do Trigo, Rede de Distribuição da Póvoa de Baixo e Rede de Distribuição do Cadaval; - Abastecimento de Água ao Sector de Bustelo e Aguadalto, incluindo Cadaval, Póvoa de São Domingos, Póvoa de Vale do Trigo e Póvoa de Baixo – Captação, Adução e Armazenamento – Rede de Distribuição do Bustelo e Rede de Distribuição de Aguadalto; - Reforço da Adução ao Reservatório R Quatro – Vale Grande (proposta 500/12). -----

----- RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO NOVAS PEÇAS DESENHADAS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA OBRA -----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 11 do passado mês de outubro, que aprovou as respostas aos pedidos de esclarecimento, as novas peças

desenhadas e a prorrogação do prazo para a conclusão da obra de Construção do Centro Educativo de Macinhata do Vouga, nos termos da Ata nº 2, do respetivo Júri do Concurso, a qual se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 504/12). -----

----- **ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DIVERSAS** -----

----- APOIO FINANCEIRO -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, à Associação Infanto-Juvenil de Águeda – SOL NASCENTE, um subsídio no valor de 1.500,00€, destinado a participar a organização do XII Festival da Canção e a XI Gala dos Pequenos Cantores que aquela associação vai levar a efeito no próximo dia 1 de dezembro (proposta 495/12). -----

----- REALIZAÇÃO DE FEIRA EM DIAS FERIADOS -----

----- Presente, a seguir, a petição formulada pela Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, para que a Feira Municipal de Águeda se realize nos próximos dias 1 e 8 de dezembro, não obstante serem dias feriados. -----

-----A Câmara, tendo em vista o disposto no nº 2 do artigo 22º/C4 do Código Regulamentar, deliberou, por unanimidade deferir o requerido (proposta 497/12). -----

----- **ACIDENTE NA VIA PÚBLICA** -----

----- PAGAMENTO DE PREJUÍZOS -----

----- Analisado o processo que foi presente, referente ao acidente originado pelo mau estado de uma tampa de caixa de águas residuais, existente na faixa da rodagem rua Dr. Joaquim Carvalho Silva – Bairro do Redolho, em Borralha, que causou estragos numa viatura que ali passou, a Câmara deliberou, por unanimidade, assumir a culpa pelo sucedido e ressarcir o proprietário do veículo, Manuel Cardoso Brinco de Morais, dos prejuízos que sofreu, no valor de 78,24€ (proposta 499/12). -----

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**-----

----- PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL -----

-----Analisada a proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, alterar a data da conclusão da prestação de serviços para a execução do Plano de Promoção de Acessibilidades, de 31.12.2012 para 30.06.2013, nos precisos termos e condições constantes da proposta referida (proposta 501/12). -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, conforme previsto no artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2012, do artigo 69º do Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de

março, conferir parecer prévio favorável e autorizar, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei nº 197799, de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação dos seguintes serviços: -----

----- Conceção da imagem do livro inserido no programa de parcerias para regeneração urbana, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto, nos termos e condições da Proposta e do Caderno de Encargos que foram presentes e se encontram arquivados na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião (proposta 502/12). -----

----- Impressão e fornecimento de Agendas Planning 2013, no âmbito da Agenda 21 Local de Águeda mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto, nos termos e condições da respetiva proposta e documentos anexos, os quais se arquivam na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião (proposta 508/2012). -----

----- Recuperação e valorização da moinhola e do lagar de Macieira de Alcôba no âmbito do projeto “Macieira de Alcôba – Aldeia Pedagógica do Milho Antigo, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado e nos precisos termos e condições da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 510/12). -----

----- Mais foi deliberado, de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e conforme o previsto no artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, no nº 4 do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conferir parecer prévio favorável e autorizar a contratação da prestação de serviço por técnico informático adjunto, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado e nos termos e condições da respetiva proposta que se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 509/12). -----

----- **PRÉMIOS CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** -----

----- ENSINO BÁSICO DA ESCOLA Nº 2 DE AGUADA DE CIMA -----

----- Tendo em vista o exposto na proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com os critérios utilizados para a seleção do melhor aluno do Ensino Básico da Escola nº 2 de Aguada de Cima e atribuir o prémio Escolar “Câmara Municipal de Águeda”, no valor de 250,00€, à aluna Ana Teresa Gorgulho Pinho (proposta 503/12). -----

----- **ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR** -----

----- AUXÍLIOS ECONÓMICOS PARA O ANO LETIVO 2012/2013, DO 1º CEB - 2ª FASE -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o valor e a respetiva distribuição, por Agrupamento de Escolas e por Escalões, dos Auxílios Económicos a atribuir, no ano letivo 2012/2013, aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, relativos à 2ª candidatura, no montante de 3.900,00€, conforme é proposto pela Divisão de Ação Social e Educação (proposta 505/12). -----

----- PREVISÃO DOS CUSTOS COM AS REFEIÇÕES ESCOLARES DO 1º CICLO - NOVEMBRO E DEZEMBRO -----

----- Continuando a reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a previsão dos custos, no valor de 66.534,62€, para o pagamento, às entidades com parcerias oportunamente estabelecidas para esse fim, das refeições fornecidas aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, nos meses de novembro e dezembro (proposta 512/12). -----

----- **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA** -----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE AGUADA DE BAIXO -----

----- Face aos motivos invocados pela respetiva Junta de Freguesia e que constam da documentação que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, alterar a obra cuja execução foi delegada na Junta de Freguesia de Aguada de Baixo, passando de “Requalificação de Vias e Passeios junto à Igreja de Aguada de Baixo” para “Requalificação da Rua do Cruzamento da Rua Nova das Almas, Rua do Bicarinho, Rua do Passadouro, Rua do Vidoeiro e execução de valetas pela Freguesia, mantendo-se o valor e o clausulado do respetivo protocolo (proposta 506/12). -----

----- **EDUCAÇÃO-ESCOLAS** -----

----- PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o valor de 196.299.42€ para pagamento às diversas entidades no âmbito das parcerias efetuadas com vista à contratação do pessoal docente que assegura o programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, no 1º Ciclo do Ensino Básico, que, dadas as diversas alterações efetuadas com o pessoal no início do ano letivo, é superior ao previsto e já aprovado, em 861,96€ (proposta 511/12). -----

----- VERBAS PARA PAGAMENTO A PESSOAL ESCOLAS DO 1º CEB - ANO LETIVO 2012/2013 - NOVEMBRO E DEZEMBRO -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência da verba no valor de 8.917,01€ para as diversas entidades no âmbito das parcerias, oportunamente constituídas, com vista ao pagamento a pessoal não docente, referente aos meses de novembro e dezembro 2012 (proposta 515/12). -----

----- PROGRAMA EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO REDE PRÉ-ESCOLAR - PREVISÃO CUSTOS REFEIÇÕES - NOVEMBRO 2012 -----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a previsão dos custos das refeições a fornecer aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito da componente de apoio à família (proposta 513/12). -----

----- VALOR A PAGAR A PESSOAL COM FUNÇÕES DE AÇÃO EDUCATIVA E DO PESSOAL RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DE FORNECIMENTO DE ALMOÇO E DE ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o valor a pagar a pessoal com funções de ação educativa e do pessoal responsável pelo desenvolvimento e fornecimento de almoço e de animação socioeducativa no ensino pré-escolar, referente aos meses de novembro e dezembro, no montante de 57.555.68€ (proposta 514/12). -----

----- **PATRIMÓNIO** -----

----- DISTRATE DE ESCRITURA DE DOAÇÃO DE TERRENO SITO NA RUA JOAQUIM VALENTE DE ALMEIDA (FÁBRICA DA TELHA) -----

----- Analisada a proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao distrate da Escritura de Doação ao Estado do Prédio Urbano sito na rua Joaquim Valente de Almeida (antiga fábrica da telha), uma vez que a obra a que se destinava - construção de um novo Tribunal – nunca foi executada e a Câmara pretende lá construir um Centro de Artes (proposta 517/12). -----

----- O Sr. Presidente deu entrada na sala de reuniões neste momento. -----

----- **RECURSOS HUMANOS** -----

----- REPOSIÇÃO DE DINHEIROS PÚBLICOS RECEBIDOS INDEVIDAMENTE EM NOVEMBRO DE 2009 – RELEVAÇÃO DE VERBAS RESPEITANTES A DESCONTOS EFETUADOS -----

----- Presente a seguir, uma proposta de relevação de entrega, por parte dos funcionários que, entretanto, se aposentaram ou foram trabalhar na AdRA dos valores

relativos ao IRS, desconto para a CGA e quotizações sindicais retidos aquando do pagamento das importâncias recebidas indevidamente em novembro de 2009, e cuja reposição foi deliberada pelo Executivo Municipal, uma vez que se encontram em situação que não lhes permite reaver as importâncias em questão, ao contrário dos demais funcionários que, ao fazerem a reposição por desconto no vencimento, são compensados destes valores. -----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques e Carla Jacinta, tendo em vista repor a equidade entre os funcionários municipais, relevar a entrega dos valores em apreço, relativas ao IRS, descontos para a CGA e quotizações para o sindicato e, no caso em que já tenham entregue estas importâncias, as mesmas lhe sejam devolvidas (proposta 518/12). -----

----- Relativamente a este assunto, a Sr.^a Vereadora Carla Jacinta explicou que o seu voto contra não é discordância com a relevação proposta, mas apenas com os montantes repostos que, em sua opinião, deveriam ser as importâncias líquidas recebidas. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS -----

----- Prossequindo os trabalhos, foram presentes os seguintes requerimentos tendo sido tomada a respetiva deliberação: -----

----- CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE RECARDÃES (processo nº 144/09), com sede no lugar de Póvoa da Igreja, na freguesia de Recardães, solicita ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 18º/1 do Código Regulamentar do Município de Águeda, a isenção do pagamento de taxas relativas à construção de lar de idosos e lar residencial no referido lugar de Recardães. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido (proposta 496/12).

----- REDUÇÃO DO VALOR DE TAXAS -----

----- GILBERTO FILIPE BRITES SIMÕES (processo nº 194/12), residente na Rua das Barreirinhas, em Giesteira, Freguesia de Águeda, solicita, ao abrigo do disposto no artigo 20º /1 do Código Regulamentar do Município de Águeda, a redução do pagamento de taxas relativas à construção de habitação na Rua da Escola no referido lugar de Giesteira. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido nos termos da proposta que foi presente (proposta 516/12). -----

----- INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, SEM

ESTACIONAMENTO PUBLICO -----

----- ABILIO DA COSTA DURÃO (processo nº 274/11), residente na Rua da Carrasqueira, na freguesia da Borralha, solicita Informação Prévia para a construção de um edifício de habitação unifamiliar e comércio/serviços no lugar de Casais, na referida freguesia de Águeda solicitando o não cumprimento, quanto ao estacionamento publico, do disposto no artigo 66º do Regulamento do PDM. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido nos termos da proposta que foi presente (proposta 507/12). -----

IMPOSTOS MUNICIPAIS -----

----- Seguidamente, foram presentes as propostas que se seguem, tendo sido tomadas as respetivas deliberações: -----

FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A APLICAR EM 2013 -----

De acordo com a alínea a) do nº6 do artigo 64º e a alínea f) do nº2 do artigo 53º da lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro, deve o executivo municipal propor à Assembleia Municipal as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar. -----

----- Os números 1 e 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na redação conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2012 dispõem que compete à Assembleia Municipal fixar a taxa do imposto sobre prédios urbanos e prédios urbanos avaliados já nos termos deste código, dentro dos intervalos aí previstos, respetivamente de 0,4% a 0,8% e 0,3% a 0,5%.-----

-----De acordo com o disposto na Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro, até 31 de dezembro de 2012 estará concluída a avaliação dos prédios urbanos que não tenham sido avaliados até 1 de janeiro de 2004. Contudo, à taxa de IMI fixada pelo Município aplica-se a cláusula de salvaguarda, pelo que a coleta de IMI não poderá exceder em 2013 e 2014, os seguintes valores: 75€, ou, um terço da diferença resultante do valor patrimonial tributário fixado na avaliação geral do IMI do ano de 2011. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou em sessão de 29 de novembro de 2011, sob proposta da Câmara Municipal, aplicar em 2012 e 2013 taxas de IMI de 0,7% e 0,4%, respetivamente, para os não avaliados nos termos do CIMI e para os avaliados.

----- Não obstante ao eventual impacto previsional, que a aplicação da redução de taxas produzirá nas finanças da autarquia, entendemos que nos é possível estar ao lado dos aguedenses neste momento de crise económica reduzindo em 25% a taxa de IMI. Apesar desta opção, reunimos condições para dar continuidade ao compromissos

assumidos, devido à metodologia de gestão adotada por este executivo municipal – assente em pilares como a transparência, sustentabilidade, previsão e segurança.-----

----- Nestes termos, atenta a atual conjuntura socioeconómica do país e as repercussões que as reformas implementadas pelo Governo têm no orçamento familiar, propõe-se ao Executivo que submeta à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a revogação parcial da sua deliberação de 29 de novembro de 2011, e a aplicação para o ano de 2013 das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis:

-----1. Taxa máxima a vigorar, no caso dos prédios urbanos, considerando que o valor destes se encontra, por natureza, num patamar bastante inferior ao real valor de mercado;-----

-----2. Taxa de 0,3% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, ao abrigo do disposto na Lei nº60-A/2011, de 30 de novembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade (proposta 520/12).-----

----- Relativamente a este assunto, o Sr. Vereador Manuel Marques apresentou a seguinte justificação de voto: -----

----- “Sabendo-se que a receita proveniente do IMI, ser uma parte importante de receita para o Município no corrente ano e certamente nos próximos anos, entendemos que apesar disso a atual situação de dificuldades financeiras das famílias, suscita muitas preocupações que a Câmara não deve ficar alheia. -----

----- A reavaliação patrimonial a decorrer durante este ano a cerca de 26.000 imóveis, resultará obrigatoriamente a um aumento significativo da receita do Município no próximo ano e seguintes. -----

----- Deste modo em 2013, concordamos com a redução do IMI de 0,4 para 0,3 para os prédios avaliados nos termos do CIMI, embora para os prédios não avaliados a Câmara pudesse ter reduzido a sua taxa máxima, de modo a não sobrecarregar as famílias em dificuldades”. -----

----- MAJORAÇÃO DA TAXA DO IMI SOBRE PRÉDIOS URBANOS DEVOLUTOS

----- O Decreto-Lei nº159/2006, de 8 de agosto, veio definir prédio devoluto como “o prédio urbano ou fração autónoma que durante um ano se encontre desocupado”. Estabeleceu ainda como indícios de desocupação, a inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações e de fornecimento de água, gás e eletricidade, e, a inexistência de faturação relativa a consumos de água, gás, eletricidade e telecomunicações. -----

----- Conforme o nº3 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na redacção conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2012, as taxas aplicadas aos prédios urbanos, quer os avaliados nos termos deste código, quer os que ainda não foram, previstas nas alíneas b) e c) do número 1, são elevadas ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas, há mais de humano. -----

----- De acordo com a alínea a) do nº6 do artigo 64º e a alínea f) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, deve o executivo municipal propor à Assembleia Municipal a majoração da taxa do imposto a aplicar. -----

-----Tendo em consideração a necessidade de combater a desertificação dos centros urbanos e estimular a sua reabilitação com vista a promover o mercado de arrendamento, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal a majoração da taxa do imposto municipal sobre prédios urbanos devolutos e prédios em ruínas, para o triplo, nos termos definidos no nº3 do artigo 112º do CIMI, a vigorar em 2013. -----

----- Esta proposta, tendo em vista as questões colocadas pela Sr.^a Vereadora Carla Jacinta e as explicações dadas pelo Sr. Presidente foi retirada da Ordem de Trabalhos (proposta 521/12).-----

----- MAJORAÇÃO DA TAXA DE IMI SOBRE PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS -----

----- O nº8 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) dispõe que os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. -----

----- De acordo com a alínea a) do nº 6 do artigo 64º e a alínea f) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, deve o executivo municipal propor à Assembleia a majoração da taxa do imposto a aplicar. -----

----- Embora possa ser evocada a necessidade de revitalização das áreas urbanas e a crise económica que o país atravessa, não podemos deixar de referir que a autarquia tem há vários anos um conjunto de incentivos que apoiam a recuperação dos prédios degradados, que passam pela isenção de taxas municipais, isenção de

IMI (que pode chegar a 10 anos) e pela aplicação da taxa de IVA a 8% o que se traduz em benefícios assinaláveis. -----

----- Nestes termos, e considerando a necessidade de combater a desertificação dos centros urbanos e de evitar a sua degradação, propõe-se à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a majoração da taxa do imposto municipal sobre os prédios urbanos degradados, sitos na zona histórica da cidade, em 30%, para vigorar em 2013. -----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade (proposta 522/12). -----

----- PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS -----

----- De acordo com o nº 1 do artigo 20º da Lei das Finanças Locais (LFL) “os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS”, não determinando participação mínima. -----

----- Conforme o nº 2 da referida Lei, a participação depende de deliberação da Assembleia Municipal sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

----- Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior à taxa máxima definida, o produto da diferença de taxas, é deduzido na coleta de IRS, a favor do sujeito passivo, o que representa uma poupança para as famílias. -----

----- Considerando a atual crise económica do país e as medidas que estão a ser propostas pelo Governo, entendemos que é possível diminuir o imposto que maiores repercussões tem nos orçamentos das famílias e que maior número de cidadãos abrange. Apesar da redução de receita para o Município, estão reunidas condições para alavancar os investimentos estratégicos para o concelho, não colocando em causa a estabilidade financeira da autarquia, o que nos permite abdicar 60% da receita, que irá reverter diretamente para o orçamento dos aguedenses. -----

-----Face ao exposto, de acordo com o disposto no artigo 20º da LFL, na alínea h) do nº 2 do artigo 54º e na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação da participação no IRS para todos os residentes, com domicílio fiscal no concelho de Águeda, em 2%. -----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade (proposta 523/12). -----

-----**ASSUNTOS URGENTES**-----

----- A seguir, o Sr. Presidente, dada a urgência de que se revestem os mesmos, propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e na parte final do artigo 19.º do Código do Procedimento Administrativo, que se incluía na Ordem de Trabalhos desta reunião os assuntos que se seguem – tendo todos os Membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise: -----

-----**PATRIMÓNIO**-----

-----**ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS**-----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 2 do corrente mês de novembro, que aprovou as alterações às condições do procedimento para arrendamento de dois prédios rústicos no Cabeço da Seladinha e Alto da Seladinha da Corga do Reconco, bem como a prorrogação do prazo limite para a entrega das propostas (proposta 524/12).-----

----- **OBRAS PARTICULARES**-----

----- **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

----- Presente um requerimento através do qual O MÁGICO – CENTRO DE APOIO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO solicita, ao abrigo do artigo 18º/1 do Código Regulamentar do Município de Águeda, a isenção do pagamento de taxas relativas à construção do edifício social, sito no lugar de Giesteira. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido (proposta 525/12).

----- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**-----

-----**PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL**-----

----- Foi, também, deliberado, por unanimidade, nos termos da proposta que foi presente e conforme o previsto no artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado, conferir parecer prévio favorável e autorização, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos no artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, para a contratação de aquisição de serviços de instalação e manutenção de materiais de iluminação de Natal 2012 (proposta 526/12). -----

----- Eram doze horas quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Presidente. -----

